

AGP Negócios e Participações S.A.

CNPJ 89.943.492/0001-62

Farroupilha - RS

**Demonstrações Financeiras relativas ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025**

AGP Negócios e Participações S.A.

Farroupilha - RS

Conteúdo

Relatório da Administração	1
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	2
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10

AGP Negócios e Participações S.A.

Farroupilha - RS

Relatório da Administração

Apresentamos a V.S.as., as demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório de Auditoria, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a fim de submeter à apreciação dos Senhores acionistas.

Permanecemos à disposição de V.S.as., para quaisquer informações que julgarem necessárias.

Farroupilha, 23 de março de 2026.

Alexandre Grendene Bartelle
Diretor Presidente
CPF: 098.675.970-87

Gelson Luís Rostirolla
Diretor Financeiro
CPF: 148.411.429-91

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
AGP Negócios e Participações S.A.
Farroupilha – RS

Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Financeiras

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **AGP Negócios e Participações S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo a seguir intitulado "Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Financeiras", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGP Negócios e Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Financeiras

Investimentos Relevantes não Auditados

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras da companhia Nova Esperança S/A., correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, cujos efeitos nos Investimentos, Resultado do Exercício e, por consequência no Patrimônio Líquido não foram possíveis quantificar.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida e suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras Informações Que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A Administração da Companhia e responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade e a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da Administração e da Governança Pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor Pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de março de 2026.

FLAVIO JOSE DOS
SANTOS
JUNIOR:02853808939
MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES
PORTO ALEGRE S/S
CRC-RS N° 5.867/O-2/RS
Flávio José dos Santos Junior
Contador CRC/RS N° 053251/O-8 T/RS



AGP Negócios e Participações S.A.

Farroupilha - RS


Balço Patrimonial

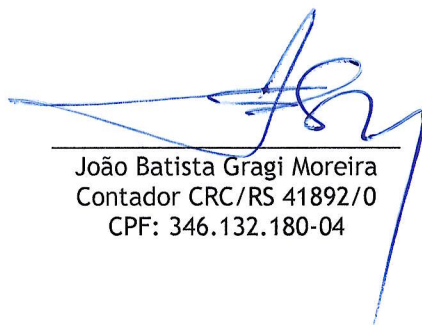
	Nota	Em Reais	
		31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Ativo			
Circulante		709.071,57	38.346.736,54
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	65.960,26	87.319,74
Contas a Receber – Clientes	6	424.770,83	484.770,83
Partes Relacionadas	7	217.420,96	37.773.820,96
Tributos a Recuperar		919,52	825,01
Não Circulante		26.899.280,82	656.829,60
Ativos Mantidos Para Venda	8	-	198.363,49
Investimentos	9	26.617.821,40	102.910,10
Imobilizado	10	261.201,77	334.945,49
Intangível	11	20.257,65	20.610,52
Total do Ativo		27.608.352,39	39.003.566,14

Passivo e Patrimônio Líquido

	Nota	Em reais	
		31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Passivo Circulante		30.623,02	7.855.154,18
Fornecedores		23.895,03	24.233,52
Obrigações Fiscais e Tributárias	12	4.767,26	7.410,14
Outras Contas a Pagar		1.960,73	1.834,00
Provisão P/Investimentos a Descoberto	9	-	7.821.676,52
Passivo Não Circulante		25.340.000,00	24.315.000,00
Partes Relacionadas	7	25.340.000,00	24.315.000,00
Patrimônio Líquido	13	2.237.729,37	6.833.411,96
Capital Social Realizado	13.1	1.419.560,00	1.419.560,00
Reservas de Lucros	13.2	818.169,37	5.413.851,96
Passivo e Patrimônio Líquido		27.608.352,39	39.003.566,14

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gelson Luís Rostirolla
Diretor Financeiro
CPF: 148.411.429-91


João Batista Gragi Moreira
Contador CRC/RS 41892/0
CPF: 346.132.180-04

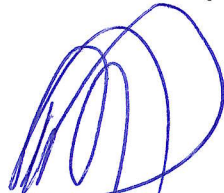
AGP Negócios e Participações S.A.

Farroupilha - RS


Demonstração do Resultado

	Nota	Em Reais Períodos	
		01/jan./25 a 31/dez./25	01/jan./24 a 31/dez./24
(Despesas) Receitas Operacionais		<u>3.025.567,14</u>	<u>79.265.977,11</u>
Despesas Gerais e Administrativas	14	(1.103.162,84)	(2.976.064,06)
Outras Despesas Operacionais	14	(206.865,11)	(1.113.492,51)
Outras Receitas Operacionais	14	6,27	186,48
Resultado de Equivalência Patrimonial	15	4.335.588,82	83.355.347,20
Resultado operacional		<u>3.025.567,14</u>	<u>79.265.977,11</u>
Resultado Financeiro	16	<u>(9.849,73)</u>	<u>12.010.200,49</u>
Receitas Financeiras		142,35	12.020.507,54
Despesas Financeiras		(9.992,08)	(10.307,05)
Resultado Antes da Tributação do Lucro		<u>3.015.717,41</u>	<u>91.276.177,60</u>
Lucro Líquido do Exercício		<u><u>3.015.717,41</u></u>	<u><u>91.276.177,60</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Gelson Luís Rostirolla
Diretor Financeiro
CPF: 148.411.429-91



João Batista Gragi Moreira
Contador CRC/RS 41892/0
CPF: 346.132.180-04

AGP Negócios e Participações S.A.

Farroupilha - RS

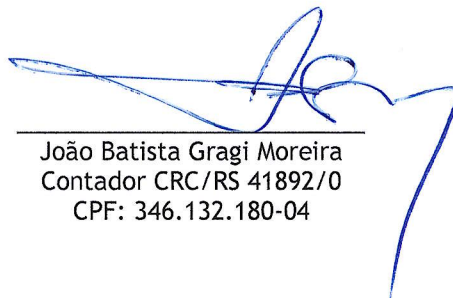
Demonstração do Resultado Abrangente

	Em Reais Períodos	
	01/jan./25 a 31/dez./25	01/jan./24 a 31/dez./24
Lucro Líquido do Exercício	<u>3.015.717,41</u>	<u>91.276.177,60</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente	<u>3.015.717,41</u>	<u>91.276.177,60</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Gelson Luís Rostirolla
Diretor Financeiro
CPF: 148.411.429-91



João Batista Gragi Moreira
Contador CRC/RS 41892/0
CPF: 346.132.180-04

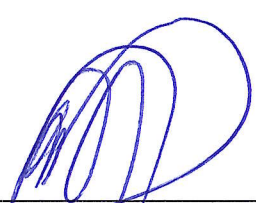
AGP Negócios e Participações S.A.

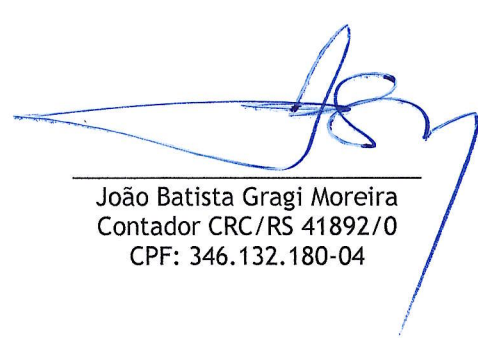
Farroupilha - RS

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social realizado	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Outros resultados abrangentes	Lucros/Prejuízo acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	30.000.000,00	6.000.000,00	220.137.674,36	7.344.939,93	-	263.482.614,29
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Reflexa)	-	-	-	(7.344.939,93)	-	(7.344.939,93)
Lucro Líquido do exercício					91.276.177,60	91.276.177,60
Destinações Propostas no Exercício:						
Integralização de Capital	300.000.000,00	-	(300.000.000,00)	-	-	-
Redução de Capital	(328.580.440,00)	-	-	-	-	(328.580.440,00)
Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	-	(12.000.000,00)	(12.000.000,00)
Constituição/(Reversão) de Reservas	-	-	79.276.177,60	-	(79.276.177,60)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.419.560,00	6.000.000,00	(586.148,04)	-	-	6.833.411,96
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	3.015.717,41	3.015.717,41
Destinações Propostas no Exercício:						
Constituição/(Reversão) de Reservas	-	(5.716.688,00)	8.732.405,41	-	(3.015.717,41)	-
Distribuição de Lucros	-	-	(7.611.400,00)	-	-	(7.611.400,00)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.419.560,00	283.312,00	534.857,37	-	-	2.237.729,37

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gelson Luís Rostirolla
Diretor Financeiro
CPF: 148.411.429-91


João Batista Gragi Moreira
Contador CRC/RS 41892/0
CPF: 346.132.180-04

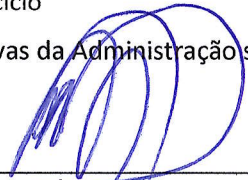
AGP Negócios e Participações S.A.


Farroupilha - RS

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método indireto)

	Em Reais	
	01/jan./25 a 31/dez./25	01/jan./24 a 31/dez./24
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes do IR e CS	3.015.717,41	91.276.177,60
Ajustado por:		
Resultado da Avaliação de Investimentos	(4.335.588,82)	(83.355.347,20)
Ativos Mantidos Para Venda	198.363,49	(3.982,52)
Outros Resultados Abrangentes	-	(12.017.463,39)
Depreciação/Amortização	84.682,55	88.611,11
Resultado Ajustado	(1.036.825,37)	(4.012.004,40)
(Aumento)/Redução dos Ativos:		
Contas a Receber de Clientes	60.000,00	516.785,00
Dividendos a Receber	37.556.400,00	57.795.079,04
Tributos a Recuperar	(94,51)	1.987.427,18
Antecipações	-	161,62
Aumento/(Redução) dos Passivos:		
Fornecedores	(338,49)	10.260,31
Obrigações Fiscais e Tributárias	(2.642,88)	(1.991.721,01)
Outras Contas a Pagar	(651,68)	(14.425.393,08)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	36.575.847,07	39.880.594,66
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Dividendos Recebidos	-	217.420,96
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(9.807,55)	(25.986,32)
Aplicações em Investimentos	(30.000.999,00)	(5.089.480,00)
Baixas de Investimentos	-	335.925.379,93
Provisão P/Investimento a Descoberto	-	7.821.676,52
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(30.010.806,55)	338.849.011,09
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Integralização de Capital	-	300.000.000,00
Redução de Capital	-	(328.580.440,00)
Partes Relacionadas – Passivo	1.025.000,00	(38.400.000,00)
Dividendos Pagos	(7.611.400,00)	(300.000.000,00)
Pagamento de Juros s/ Capital Próprio	-	(12.000.000,00)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	(6.586.400,00)	(378.980.440,00)
Aumento/(Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	(21.359,48)	(250.834,25)
No Início do Exercício	87.319,74	338.153,99
No Final do Exercício	65.960,26	87.319,74

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gelson Luís Rostirolla
Diretor Financeiro
CPF: 148.411.429-91


João Batista Gragi Moreira
Contador CRC/RS 41892/0
CPF: 346.132.180-04

AGP Negócios e Participações S.A.

CNPJ 89.943.492/0001-62

Farroupilha – RS

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores em Reais)

Nota 1. Contexto Operacional

A AGP Negócios e Participações S.A. (“Companhia”) com sede na Rua Dona Pacífica 180 Sala 07, Bairro Imigrante, Farroupilha, RS é uma Companhia por ações de capital fechado, regida pelo Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicadas. A Companhia tem prazo determinado de 50 anos a contar a partir de 01 de outubro de 2003.

Tem como atividades principais a participação em outras sociedades como sócia quotista ou acionista; a gestão e administração da propriedade imobiliária; compra e venda de imóveis próprios e de terceiros e o aluguel de imóveis.

A diretoria da Sociedade autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações financeiras em 23 de março de 2026, as quais consideram os eventos subsequente ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa “3”.

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Instrumentos Financeiros

2.3.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta “Encargos Financeiros Líquidos”.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa, nessa classificação.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

c) Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui Contas a Receber de Clientes, nessa classificação.

d) Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

e) Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores e instituições financeiras.

2.3.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*.

2.5 Estoques

Quando aplicável os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual.

2.6 Investimentos

Estão demonstrados pelo custo de aquisição e/ou ajustados pelo método de equivalência patrimonial quanto às participações em Sociedades controladas.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear.

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado.

2.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

2.9 Empréstimos e Financiamentos (Instituições Financeiras)

Quando aplicável, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetária. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.10 Juros sobre Capital Próprio

Foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitando o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado.

2.11 Partes Relacionadas

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado.

2.12 Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base “pro-rata die”.

2.13 Provisões para Contingências

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da companhia.

2.14 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são apresentados líquidos.

O Regime tributário da Companhia é o Lucro Real.

2.15 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

2.16 CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores.

De acordo com a avaliação da Administração, essa norma não trouxe impacto significativo.

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Nota 4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de Riscos Financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

4.3 Risco de Mercado

4.3.1 Risco cambial

A Companhia não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial.

4.3.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

4.3.3 Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Bancos	65.960,26	87.319,74
	<u>65.960,26</u>	<u>87.319,74</u>

Nota 6. Contas a Receber

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Venda de Imóveis	-	60.000,00
Aluguéis a Receber	424.770,83	424.770,83
	<u>424.770,83</u>	<u>484.770,83</u>

Nota 7. Partes Relacionadas

Os saldos e transações mantidas pela Companhia com suas Controladas e demais partes relacionadas são apresentadas a seguir:

	Ativo Circulante	Passivo Não Circulante
Alexandre Grendene Bartelle	-	25.340.000,00
Jazz Participações Imobiliárias Ltda	217.420,96	-
Iaco Agrícola S.A.	-	-
Totais em 31 de Dezembro de 2025	217.420,96	25.340.000,00

Alexandre Grendene Bartelle	-	24.315.000,00
Jazz Participações Imobiliárias Ltda	217.420,96	-
Iaco Agrícola S.A.	37.556.400,00	-
Totais em 31 de Dezembro de 2024	37.773.820,96	24.315.000,00

a) Créditos com Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, possui saldo de dividendos a receber com a investida Jazz Participações Imobiliárias Ltda.

b) Débitos com Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui saldos de mútuos a pagar ao quotista Alexandre Grendene Bartelle. As operações são efetuadas sem prazo definido para pagamento, bem como não apresentam incidência de juros.

Nota 8. Ativos Mantidos Para Venda

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Imóveis	-	198.363,49
	-	198.363,49

Os ativos mantidos para venda referem-se a imóveis residenciais e comerciais localizados em Porto Alegre - RS. A Companhia contratou corretores especializados em vendas de imóveis com o objetivo de promover a venda destes bens e acredita na realização dessas vendas no decorrer dos próximos 12 meses. O total de ganho no exercício com a realização das vendas dos imóveis foi de R\$ 1.330.500,00 em 2025.

Nota 9. Investimentos

O investimento é avaliado com base no método de equivalência patrimonial conforme CPC 18 (R2).

Em 23 de maio de 2024 a Sociedade adquiriu participação na empresa Jazz Participações Imobiliárias Ltda.

Em 24 de junho de 2024 a Sociedade adquiriu participação na empresa Nova Esperança S.A.

Em 30 de setembro de 2024 a Sociedade encerrou a sua participação na investida Da Mata S/A – Açúcar e Álcool.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 os principais saldos das coligadas são os seguintes:

	Jazz		Nova Esperança	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo				
Circulante	113.961,28	107.915,15	33.214.343,00	3.871.212,00
Não Circulante	-	-	2.244.320.690,00	751.142.509,00
	<u>113.961,28</u>	<u>107.915,15</u>	<u>2.277.535.033,00</u>	<u>755.013.721,00</u>
Passivo				
Circulante	-	280,02	1.521.183.971,00	290.158.586,00
Não Circulante	5.000,00	4.000,00	703.343.941,00	480.495.360,00
Patrimônio Líquido	<u>108.961,28</u>	<u>102.911,13</u>	<u>53.007.121,00</u>	<u>(15.640.225,00)</u>
	<u>113.961,28</u>	<u>107.191,15</u>	<u>2.277.535.033,00</u>	<u>755.013.721,00</u>
Resultado				
Receita	9.367,56	596.471,05	90.110.011,00	154.800,00
Despesa	<u>(3.317,41)</u>	<u>(376.136,79)</u>	<u>(81.302.811,00)</u>	<u>(25.805.025,00)</u>
Lucro / (Prejuízo)	<u>6.050,15</u>	<u>220.334,26</u>	<u>8.807.200,00</u>	<u>(25.650.225,00)</u>

A movimentação dos investimentos é como segue:

	Jazz	Nova Esperança	Total
Em 31 de Dezembro de 2024	<u>102.910,10</u>	<u>(7.821.676,52)</u>	<u>(7.718.766,42)</u>
Investimento	83.479,00	5.006.001,00	5.089.480,00
Capital Social	100.000,00	10.000,00	110.000,00
Participação no Capital Total (%)	99,99	50,01	150,00
Quotas Possuídas	99.990,00	5.001,00	104.991,00
Saldo no Início do Exercício	<u>102.910,10</u>	<u>(7.821.676,52)</u>	<u>(7.718.766,42)</u>
Integralização de Capital			
Equivalência Patrimonial	6.050,09	4.329.538,73	4.335.588,82
Aporte de Capital	-	30.000.999,00	30.000.999,00
Em 31 de Dezembro de 2025	<u>108.960,19</u>	<u>26.508.861,21</u>	<u>26.617.821,40</u>

Nota 10. Imobilizado

Custo do Imobilizado	Veículos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Totais
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	<u>139.000,00</u>	<u>51.698,98</u>	<u>226.893,28</u>	<u>141.826,95</u>	<u>559.419,21</u>
Aquisições	-	-	2.799,00	-	2.799,00
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	<u>139.000,00</u>	<u>51.698,98</u>	<u>229.692,28</u>	<u>141.826,95</u>	<u>562.218,21</u>
Depreciação Acumulada					
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	<u>(41.700,06)</u>	<u>(19.860,33)</u>	<u>(156.836,16)</u>	<u>(6.077,17)</u>	<u>(224.473,72)</u>
Depreciação	<u>(27.800,04)</u>	<u>(5.169,84)</u>	<u>(33.203,40)</u>	<u>(10.369,44)</u>	<u>(76.542,72)</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	<u>(69.500,10)</u>	<u>(25.030,17)</u>	<u>(190.039,56)</u>	<u>(16.446,61)</u>	<u>(301.016,44)</u>
Valor Contábil líquido					
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	<u>97.299,94</u>	<u>31.838,65</u>	<u>70.057,12</u>	<u>135.749,78</u>	<u>334.945,49</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	<u>69.499,90</u>	<u>26.668,81</u>	<u>39.652,72</u>	<u>125.380,34</u>	<u>261.201,77</u>

Nota 11. Intangível

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
	Software	Software
Custo do Intangível		
Saldo no Início do Exercício	58.310,39	45.077,45
Aquisições	7.008,55	13.232,94
Saldo no Final do Exercício	<u>65.318,94</u>	<u>58.310,39</u>
Amortização Acumulada	20%	20%
Saldo no Início do Exercício	(37.699,87)	(29.560,04)
Amortização	(7.361,42)	(8.139,83)
Saldo no Final do Exercício	<u>(45.061,29)</u>	<u>(37.699,87)</u>
Valor Contábil Líquido		
No Início do Exercício	20.610,52	15.517,41
No Final do Exercício	<u>20.257,65</u>	<u>20.610,52</u>

Nota 12. Obrigações Fiscais e Tributárias

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Tributos Retidos na Fonte	4.410,76	6.740,33
Imposto Sobre Serviços	356,50	333,45
PIS	-	47,02
COFINS	-	289,34
	<u>4.767,26</u>	<u>7.410,14</u>

Nota 13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital Social Realizado

O capital social pertence a acionistas domiciliados no país, composto por 1.419.560 (um milhão quatrocentos e dezenove e quinhentos e sessenta mil) de ações ordinárias no valor total de R\$ 1.419.560,00 (um milhão quatrocentos e dezenove e quinhentos e sessenta mil reais).

A participação de capital social em 31 de Dezembro era como segue:

Acionistas	Ações	% Participação	R\$
Alexandre Grendene Bartelle	1.417.360	99,845022%	1.417.360,00
Pedro Grendene Bartelle	2.200	0,154978%	2.200,00
	<u>1.419.560</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.419.560,00</u>

13.2 Reservas de Lucro

13.2.1 Reserva Legal

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Saldo no Início do Exercício	6.000.000,00	6.000.000,00
Reversão de Excesso de Reserva	(5.716.688,00)	-
Saldo no Final do Exercício	<u>283.312,00</u>	<u>6.000.000,00</u>

13.2.2 Reserva de Lucros/(Prejuízos) Acumulados

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Saldo no Início do Exercício	(586.148,04)	220.137.674,36
Lucro do Exercício	3.015.717,41	91.276.177,60
Reversão Reserva Legal	5.716.688,00	-
JCP Distribuídos	-	(12.000.000,00)
Distribuição de Dividendos	(7.611.400,00)	-
Integralização de Capital	-	(300.000.000,00)
Saldo no Final do Exercício	<u>534.857,37</u>	<u>(586.148,04)</u>

Nota 14. Despesas e Receitas Por Função e Natureza

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Despesas e Receitas Por Função:		
Despesas Gerais e Administrativas	(1.103.162,84)	(2.976.064,06)
Outras Despesas Operacionais	(206.865,11)	(1.113.492,51)
Outras Receitas Operacionais	6,27	186,48
	<u>(1.310.021,68)</u>	<u>(4.089.370,09)</u>
Despesas e Receitas por Natureza:		
Serviços de Terceiros	(937.488,26)	(2.834.990,32)
Depreciação e Amortização	(83.904,14)	(87.995,50)
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(81.770,44)	(53.078,24)
Custo dos Imóveis Vendidos	(198.363,49)	(416,95)
Despesas Tributárias	(852,36)	(2.686,11)
Demais Despesas Operacionais	(7.649,26)	(1.110.389,45)
Demais Receitas Operacionais	6,27	186,48
	<u>(1.310.021,68)</u>	<u>(4.089.370,09)</u>


Nota 15. Resultado de Equivalência Patrimonial

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Empresas Coligadas	4.335.588,82	83.355.347,20
Resultado de Equivalência Patrimonial	<u>4.335.588,82</u>	<u>83.355.347,20</u>

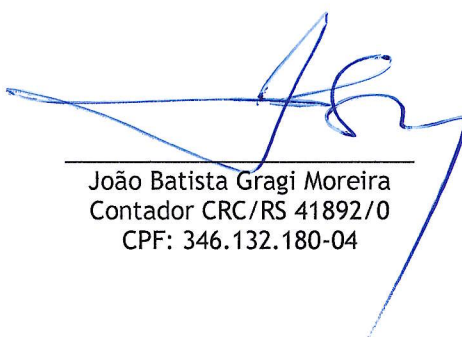
Nota 16. Resultado Financeiro Líquido

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Receitas Financeiras		
Juros e Descontos Ativos	-	20.434,72
Outras Receitas Financeiras	142,35	12.000.072,82
	<u>142,35</u>	<u>12.020.507,54</u>
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(321,19)	(606,50)
Demais Despesas Financeiras	(9.670,89)	(9.700,55)
	<u>(9.992,08)</u>	<u>(10.307,05)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(9.849,73)</u>	<u>12.010.200,49</u>

Reconhecemos a exatidão das presentes demonstrações financeiras que representam fielmente a situação econômico-financeira da AGP Negócios e Participações S.A., em 31 de dezembro de 2025.



Gelson Luís Rostirola
Diretor Financeiro
CPF: 148.411.429-91



João Batista Gragi Moreira
Contador CRC/RS 41892/0
CPF: 346.132.180-04